

A INFLUÊNCIA DA GEOGRAFIA NA RESSIGNIFICAÇÃO DE SUSTENTABILIDADES OUTRAS

Autora: Thais Freitas Rosa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FEBF
thais_rosa92@yahoo.com.br

A problemática ambiental é um assunto que vem ganhando destaque e espaço para discussão nos últimos anos. Diante da afirmação da consciência individual, do modelo de produção e do consumo desordenado, torna-se necessário discutir os rumos que ganham a nossa atuação no planeta. Vivemos sob uma lógica, na qual acreditamos que a sociedade não se vê integrada a um todo, assumindo-se assim como uma parte da natureza. Essa desintegração reflete-se por sua vez, na produção humana podendo acarretar em grandes desequilíbrios ambientais.

Logo, cada vez mais o ser humano se percebe como não-natureza, não problematizando a questão e com isso confirmando, por meio de práticas individuais, uma visão reduzida e fragmentada que pensa o mundo a partir do indivíduo, ou seja, o indivíduo é a célula máxima da sociedade. (GUIMARÃES, 2004, p.3).

Sob uma perspectiva social, essa lógica de dominação do homem sobre a natureza, reflete-se em práticas pontuais e individualistas, que não privilegiam ações coletivas e conseqüentemente reforçam as disparidades sociais. Já pelo aspecto ambiental, vivenciamos a enorme degradação da natureza causada pelo descompasso desse modelo de desenvolvimento, que se fundamenta no discurso da busca pelo melhor para todos, privilegiando, no entanto, apenas uma parcela da sociedade, enquanto suas conseqüências são percebidas por toda a população.

Além disso, ao considerarmos as enormes disparidades, ocasionadas pelos diferentes níveis de produção, padrões de consumo e diversas classes sociais presentes em diferentes nações e até mesmo entre uma mesma sociedade, podemos dizer que, aos países e regiões onde predominam populações mais ricas, competem às melhores condições de trabalho e de vida, enquanto às

regiões com populações menos favorecidas, ficam evidenciadas a precarização de serviços, trabalho, lazer, desigualdades sociais e outros.

Para Leff (2002), a questão ambiental aparece então como “sintoma da crise da razão da civilização moderna, como uma crítica da racionalidade social e do estilo de desenvolvimento dominantes, e como uma proposta para fundamentar um desenvolvimento alternativo”. (p.138). Com base nisso, buscaremos compreender agora, o surgimento do movimento político em defesa do ambiente para melhor entender essa atual realidade construída e percebida.

Podemos dizer que, a preocupação com o ambiente existe desde os tempos mais remotos. De acordo com Lago e Pádua (1984), já no século XIX havia, entre os naturalistas, artistas e amantes da natureza, um movimento para conter a destruição das áreas naturais. No entanto, apesar dos graves problemas ambientais já registrados nessa época, foi apenas no século XX que a atenção para a questão ambiental passou por uma grande expansão que se deu de forma lenta e diferenciada entre diversos atores sociais e regiões do planeta.

Foi a Segunda Guerra Mundial e o lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, um importante momento para que o homem percebesse finalmente, seu potencial de destruição no planeta, já que foi no período do pós-guerra que ficou evidente uma maior preocupação com o ambiente em âmbito global (Lago e Pádua, 1984). Isto é, apesar de todos os impactos que já vinham sendo causados sobre a natureza – destaque para a Revolução Industrial - foi a grande devastação causada pela 2ª Guerra Mundial, o ápice do poder de destruição humana.

Somando à grande destruição da guerra, a ameaça de incremento de impactos ambientais causados pelo crescimento da industrialização e urbanização, surgiu a necessidade de se pensar novos instrumentos de intervenção capazes de alcançar todo o cenário internacional. A década de 1960 foi assim, marcada pelo surgimento de organizações não governamentais (ONGs) e movimentos que debatiam não só os limites do crescimento econômico, mas também o modo de vida que a população vinha tendo.

Mais tarde, na década de 1970, tivemos a criação de importantes organizações internacionais com o intuito de discutir os problemas ambientais em âmbito global. Além disso, foi nessa época que tivemos o auge do movimento ambientalista, forte principalmente na Europa, e o começo da preocupação ambiental pelo sistema político. Não podemos deixar de citar a importante Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo, ocorrida na Suécia em 1972. A Conferência destacou problemas da pobreza, do crescimento populacional e estabeleceu metas ambientais e sociais focadas em países em desenvolvimento.

Já a década de 1980, ficou conhecida no Brasil como a década em que surgiram leis que regulamentavam a produção industrial e de grandes resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), como o estabelecimento da realização de Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Em âmbito global, em 1983, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), conhecida por Comissão Brundtland, que tinha como objetivo reexaminar os problemas do ambiente e do desenvolvimento para então propor medidas para solucioná-los. Foi nesse momento que teve destaque o termo Ecodesenvolvimento, criado por Maurice Strong e ampliado pelo economista Ignacy Sachs.

Após muitas pesquisas, em 1987, a Comissão chegou a um relatório final, conhecido por *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum) ou Relatório Brundtland. O mesmo apontou uma série de problemas ambientais e apresentou um novo olhar sobre desenvolvimento, compreendendo-o através de um viés sistêmico, pois faz relação dos problemas ambientais às questões socioeconômicas, políticas e tecnológicas. Ademais, o Relatório teve um papel decisivo na divulgação do termo desenvolvimento sustentável, considerado por Barbieri (2005), um legado permanente de uma geração a outra, para que todas possam prover suas necessidades. Ou seja, seria um desenvolvimento capaz de atender as necessidades do presente sem comprometer as necessidades de gerações futuras.

No entanto, por mais que o termo desenvolvimento sustentável viesse sendo amplamente divulgado pelo *Nosso Futuro Comum*, foi na Conferência

das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad) ou Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, que o termo tornou-se uma expressão normativa entre as organizações internacionais. Neste momento, a Rio-92 foi consagrada o mais importante evento do século, conseguindo reunir 179 representantes de países e aproximadamente 100 chefes de Estado, merecendo assim uma abordagem especial neste trabalho.

A Cúpula da Terra chamou a atenção do mundo para a dimensão global dos perigos que ameaçam a vida na Terra e, por conseguinte, para a necessidade de uma aliança entre todos os povos em prol de uma sociedade sustentável. (Agenda 21, p.7, 1995).

Na Rio-92 foram estabelecidas pela primeira vez, as bases para alcançar o desenvolvimento sustentável em escala global, fixando direitos e obrigações no âmbito do ambiente e do desenvolvimento. Como resultados, tivemos a elaboração de diversos documentos¹, sendo a Agenda 21 um dos principais. Nesta, foram identificados problemas prioritários e os respectivos meios para enfrentá-los, bem como metas a serem atingidas no futuro.

Mais tarde, porém, partindo da ideia de que, desenvolvimento não significa apenas crescimento, mas também fortes relações de poder (RUA, 2012), podemos entender que, se torna inviável o estabelecimento de um equilíbrio já que essas relações fazem com que uma parcela do espaço expresse mais poder do que outras. Esse olhar diferente para determinados territórios faz com que certas áreas tenham seus recursos dominados e sejam mais degradados quando comparados a outras áreas.

Neste sentido, Harvey (2004) questiona o modelo que é imposto pelos países hegemônicos sobre um único desenvolvimento e nos convida a pensar em diferentes desenvolvimentos geográficos desiguais. O autor sugere assim, que cada parcela do espaço geográfico deve garantir o direito de seus atores sociais definirem seu próprio desenvolvimento, ao invés de ter que seguir um determinado modelo imposto. É nessa conjuntura que diversas instituições passam a considerar a utilização de um novo termo, que aparentemente, é mais apropriado: a Sustentabilidade.

¹ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, aprovou diversos documentos, dentre eles: a Convenção sobre Mudanças Climáticas; a Declaração de Princípios sobre florestas; a Declaração do Rio de Janeiro sobre o meio ambiente e o desenvolvimento; e a Agenda 21.

Como nos diz Rua (2012), “se o desenvolvimento é concebido como crescimento, já é insustentável. A expressão sustentável é um adjetivo que veio salvar aquela coisa que já estava condenada” (p.5). Ou seja, com a confirmação de que o melhor termo a se trabalhar não é o desenvolvimento sustentável, surge o conceito de Sustentabilidade na intenção de resgatar esse pensamento de suposta preocupação com o futuro que o termo Desenvolvimento Sustentável já não representava tão bem.

Em outras palavras, o termo sustentabilidade passou a ser utilizado com o objetivo de melhorar a “imagem” dos trabalhos desenvolvidos por diversas instituições que viram no termo “desenvolvimento sustentável” o insucesso de seus negócios. A questão a ser discutida é a forma como esta sustentabilidade está sendo pensada, o público a qual pretende atingir e se o trabalho realizado pelas organizações passaram, de fato, por mudanças estruturais. Não adianta a mudança na utilização dos termos se o trabalho realizado continuar sendo o mesmo. É necessário que se pense em diversas sustentabilidades, uma para cada região ou instituição, de acordo com suas potencialidades. Por isso, acreditamos ser urgente pensar em múltiplas sustentabilidades, como nos diz o autor:

Precisamos pensar em multissustentabilidades integradas às medias territoriais e ao multidesenvolvimento, em considerarmos a multiescalaridade da ação política integrando os conflitos e resistências aos modelos econômicos, e as sustentabilidades territoriais integrando a multidimensionalidade do território com as dimensionalidades do desenvolvimento e as dinâmicas que as animam. (RUA, 2012, p.5).

Além disso, é necessário que a Sustentabilidade seja pensada para a sociedade e neste caso, entendemos sociedade como toda a população, e não apenas e principalmente para o sucesso da instituição, pois quando pensada e feita para a população, é boa para todos, inclusive para a empresa. Já a afirmação contrária não é verdadeira. O que viemos observando hoje são ações características de um mesmo sistema capitalista de antes onde predominam práticas excludentes, individualistas e gananciosas, ou seja, práticas que favorecem apenas uma pequena parcela da população e tem como objetivo único e principal o acúmulo de mais-valia, deixando assim o ambiente e a sociedade em último plano.

O que se torna evidente, é que a elaboração de documentos e realização de grandes eventos, não significou de fato o cumprimento de ações que priorizassem a vida humana e o equilíbrio do meio ambiente. Pelo contrário, podemos dizer que o que fica claro é a prevalência de interesses econômicos, políticos e comerciais, revelando assim uma distância muito grande entre o que foi proposto e o que vem sendo realizado.² Esses interesses são refletidos em práticas que são especializadas e saltam-nos aos olhos a partir das rugosidades espaciais (SANTOS, 1986), das políticas públicas e ações privadas aplicadas a cada lugar. Isto é, a partir de práticas ambientais que visam, prioritariamente, o lucro financeiro aos meios empresariais, são construídas realidades sócio-ambientais que nem sempre levam em consideração as reais necessidades e urgências daquele lugar e da população que ali vive.

Como exemplo de práticas ambientais desta forma, podemos pensar em algumas atividades de licenciamentos e auditorias ambientais que, por muitas vezes, são fraudadas ou feitas de forma inadequada apenas para autorizar que empreendimentos e ações sejam tomadas naquele espaço. Dessa forma, acaba-se permitindo que sejam causados grandes impactos ambientais, sociais e econômicos naquela região que, ocasionam uma nova dinâmica naquele espaço, raramente favorável aos pequenos grupos de interesse (moradores, comerciantes, etc.).

Devemos então, compreender as várias concepções e discursos acerca da sustentabilidade, dentro de uma mesma sociedade capitalista ou mesmo em um cenário internacional, como práticas estratégicas fruto da disputa entre diferentes potências capitalistas. Potências estas que, buscam alavancar seu poder com base na incessante busca por lucratividade. Segundo Carvalho (1988), dentre os discursos, o discurso nomeado oficial (dominante) fica sendo aquele enunciado por instituições governamentais e intergovernamentais, no

² No entanto, em termos de conscientização, consideramos relevante e fundamental a abrangência alcançada em relação à consciência ambiental no mundo. Isso não significa dizer que foi alcançada a consciência desejada, mas o fato desse assunto ter sido disseminado pelo mundo e reunido potências para discutir o assunto, já foi um importante começo. Basta pensarmos nos diversos eventos, projetos e movimentos girados em torno da temática ambiental que tem acontecido nos últimos anos.

caso, principalmente instituições das grandes potências. Sobre esse processo, Santos afirma:

A associação entre a tirania do dinheiro e a tirania da informação conduz, desse modo, à aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo “pensamento único”, enquanto os demais processos acabam por ser deglutidos ou se adaptam passiva ou ativamente, tornando-se hegemônicos. (2001, p.35).

Em outras palavras, o discurso ecológico dito oficial opera na construção de uma concepção acerca do mundo, de acordo com os interesses do projeto dominante, afirmando assim seu modelo capitalista sobre outros territórios. Dessa forma, existe uma variedade de discursos, prevalecendo os que se afirmam como dominantes, em diferentes regiões. Conseqüentemente, cada discurso possibilita uma percepção diferente da crise. Sobre essa afirmação, Guimarães nos diz que “para grupos dominantes, a percepção dessa crise não se dá tanto pela convivência imediata dos problemas – já que eles têm a possibilidade de amenizá-los -, mas sim pela influência que a crise ambiental vem exercendo sobre o processo de acumulação do capital” (2000, p.25). Já para grupos dominados, a percepção dessa crise se dá de forma mais imediata e intensa, já que essa população vivencia de forma direta os problemas ambientais.

Sobre esse contexto, diversas instituições se apropriam de um discurso voltado para a defesa do ambiente e tem como meta adequar-se a padrões considerados sustentáveis. No entanto, como ressalta Guimarães: “ao se defender propostas partindo da lógica do modelo na qual os problemas se estruturaram, encontram-se soluções pontuais e parciais” (2000, p.26). Nesse sentido, a questão ambiental é reduzida a soluções com aspectos gestionários e comportamentais que, na prática, não são capazes de sensibilizar a sociedade para a real questão do problema e, conseqüentemente, são inadequadas para amenizar a crise.

Sendo assim, devemos compreender essa atual preocupação empresarial, mais como resultado de uma cobrança da sociedade, das ONGs, dos governos e outras instituições, do que como uma real conscientização do empresariado, já que calcadas em um discurso oficial dominante, as empresas buscam uma maior lucratividade. Como ressalta Dias (2010), embora haja um

crescimento da mobilização em torno da sustentabilidade, esta ainda está muito restrita a práticas pontuais e reducionistas. Estas, já significam um avanço, quando pensando que pode ser um começo, o primeiro passo de um longo caminhar, no entanto, ainda é pouco quando pensamos em empresas como agentes de verdadeiras sustentabilidades.

Além disso, infelizmente, muitas empresas ainda agem somente mediante cobrança de órgãos fiscalizadores, a fim de evitarem possíveis multas, ou ainda para conseguirem vantagens, como redução de impostos. As práticas ambientais realizadas não são feitas como deveriam ser e raramente atuam sob o foco principal do problema. Nesse sentido, torna-se essencial que, não só o empresariado, mas toda a população compreenda a problemática ambiental como uma questão socioambiental, ou seja, uma questão que não é somente social ou da natureza, e sim que se trata da sociedade e suas relações com a natureza. Dessa maneira, é possível entender a atual crise socioambiental como consequência da forma como a sociedade se organiza para produção e consumo, isto é, essa crise é fruto dos paradigmas da sociedade moderna.

Dessa forma, torna-se possível fazer uma análise do atual modelo de desenvolvimento que estamos vivendo, essencialmente consumista e degradador, compreendendo que “o aumento do consumo, essencial do “desenvolvimento”, é inerentemente incompatível com o “desenvolvimento sustentável”” (MARTINE, p.27, 1993). É importante ainda, ressaltar o papel assumido pelos veículos midiáticos e algumas instituições como formadores de opiniões através da disseminação de um discurso que tenta transferir a responsabilidade dos grandes empreendimentos para a sociedade civil. Isso se faz presente, principalmente, em anúncios de diversos produtos e em propagandas apelativas (e.g., para a economia de recursos como água e energia). Sobre isto, cabe-nos analisarmos essas mensagens e refletirmos sobre nosso atual papel na sociedade.

É importante e fundamental que cada um cumpra seu papel, ou seja, possua práticas diárias que não venha a comprometer, direta ou indiretamente, o futuro da nossa geração no que tange ao desenvolvimento socioambiental. No entanto, é necessário o investimento em educação ambiental para que cada

vez mais, as pessoas compreendam seu papel como cidadão e o das organizações na atuação sobre o ambiente. Desta maneira, torna-se possível a sociedade compreender que são as grandes corporações os principais atores responsáveis por danos ambientais e conseqüentemente, pela diminuição dos recursos naturais, e lutar e cobrar por melhorias nas gestões empresariais e na sociedade como um todo. Lembrando que cabe às instituições o maior papel no sentido de diminuir os impactos sobre o ambiente.

Sendo assim, apontamos como fundamental o papel da Geografia, tanto no ensino escolar quanto em projetos para o empresariado, na construção de valores e princípios que serão mais tarde, aplicados na construção de novas filosofias para os indivíduos e para as instituições. A Geografia como ciência que, aborda diversas áreas do conhecimento, contribui para a criação de uma percepção do todo, possibilitando ao homem uma visão integrada da realidade baseada no equilíbrio da relação homem x natureza. Entendendo-se como integrado a uma única unidade, o homem deixa de apresentar uma postura de dominação sobre a outra parte, pois já não há mais separação entre as mesmas. Assim, deixam de serem praticadas ações individualistas e passam a serem cultivadas as de cunho coletivo, visando sempre o melhor para todos. Além disso, essa conscientização possibilita um questionamento do discurso “sustentável” dito oficial, repensando suas práticas. Ademais, passam a serem desempenhadas em ações diárias, práticas como compreensão, sensibilização, bom senso e cobrança por processos mais eficientes.

Ao trabalhar, em uma mesma realidade, questões políticas, econômicas, sociais e ambientais, a Geografia possibilita a sociedade compreender a realidade e enxergar as questões que o cercam no seu dia-a-dia de forma sistêmica, ou seja, sem fragmentá-la. Essa conscientização favorece conseqüentemente, que o indivíduo trabalhe para a manutenção do equilíbrio entre as partes, sem favorecer um determinado aspecto sobre outro. Como nos diz Oliveira (2006), a Geografia apresenta-se como uma disciplina científica que trabalha com o espaço, “quer em termos absolutos, quer relativos e relacionais, de um ponto de vista horizontal, ambiental e social” (p.218). Dessa forma, acreditamos que a Geografia contribui para a formação de seres

políticos que compreendem seus papéis na sociedade e lutam por direitos e melhores condições de vida.

Podemos pensar na utilização da educação ambiental como ferramenta que não se restringe a uma atuação pontual e parcial, isto é, que não se limite a ações comportamentalistas e não funciona como uma atividade-fim, isto é, uma atividade que "tome a parte e pelo todo e reduz-se a causa pela consequência." (LAYRARGUES, 1999, p.7). Somente com a formação de uma nova mentalidade teremos a criação de um novo espaço, formado agora, por uma nova sociedade, mais consciente e crítica. Como nos diz Leff (2002), os problemas emergentes do mundo moderno caracterizam-se por uma crescente complexidade. Daí a necessidade de "um pensamento holístico e sistêmico, capaz de perceber as inter-relações entre os diferentes processos que incidem e caracterizam seu campo problemático". (p.115).

Como nos lembra, Santos "A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade" (1992, p.49). Dessa forma, podemos refletir que, com a construção de um novo Espaço e conseqüentemente novas Estruturas, Funções e Processos, será possível estabelecermos um novo e efetivo Lugar. Em outras palavras, teremos centros, dotados de valores, que funcionarão agora como o ideal e um lugar de todos, ou seja, um lugar onde as pessoas se enxergam como parte da totalidade (participando na construção desta) e se identificam por apresentar como característica principal a qualidade de vida.

Dessa forma, a educação revela-se como um instrumento de gestão capaz de intervir no processo de construção social da realidade, seja para conservá-la ou transformá-la. Além disso, vale aqui ressaltar, a importância de uma gestão que possibilite a participação de diferentes atores envolvidos no problema. É crucial o empenho na criação de mecanismos participativos que possibilitem o envolvimento da sociedade na construção dessa nova gestão. Segundo Guimarães (2001), a participação da população neste processo possibilita a ação interativa entre as forças de diferentes interesses que, se complementam e contrapõem numa realidade percebida como totalidade. E ainda, a ausência dessa participação "decompõe a realidade, reduzindo-a e

simplificando-a, não dando conta da compreensão de sua complexidade e somente possibilitando intervenções parcializadas e pontuais.” (p.187).

Esperamos que, a partir desse estudo seja possível propor uma reflexão e possíveis mudanças de valores e princípios que podem e devem ser refletidos em práticas diárias. Práticas estas não mais excludentes, individualistas e reducionistas que acabam deixando o ambiente e a sociedade em último plano. Mas sim, práticas que priorizem a coletividade e garantam o aproveitamento das diversidades de cada espaço geográfico a fim de estabelecer para cada um destes, o melhor desenvolvimento, promovendo múltiplas sustentabilidade(s).

Referências

CARVALHO, Isabel C. M. Territorialidades em luta: Uma análise dos discursos ecológicos. Dissertação de mestrado em educação. Rio de Janeiro: Iasae/FGV, 1988, p.133.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Agenda 21. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenações de Publicações, 1995.

DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 1ª ed. – 7, reimpr, 2010, p. 38.

GUIMARÃES, Mauro. A formação de educadores ambientais. Campinas, SP: Papirus, 2004. - (Coleção Papirus Educação).

_____. Educação Ambiental e a Gestão para a Sustentabilidade. In: Santos, J.E.; Sato, M.. (Org.). Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora. 1ª ed. São Carlos/SP: RIMA, 2001, v. 1, p. 183-195.

_____. Educação Ambiental: No consenso um embate? Campinas, SP: Papirus, 2000. - (Coleção Papirus Educação).

HARVEY, David. Espaço de Esperança. São Paulo: Loyola, 2004.

LAGO, Antônio e PÁDUA, José Augusto (1984). O que é ecologia. São Paulo: Brasiliense.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. (Org.). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 1999. p. 131-148.

LEFF, Henrique. Epistemologia ambiental / Enrique Leff; tradução de Sandra Valenzuela; revista técnica de Paulo Freire Vieira. - 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINE, George. População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. In: MARTINE G., População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições. Editora da UNICAMP: 1993, p.21-37.

OLIVEIRA, Livia de. O ensino/aprendizagem de geografia nos diferentes níveis de ensino. In: Geografia em perspectiva: ensino e geografia / organizadores Nidia Nacib Pontuschka, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

RUA, João: Desconstruindo discursos acerca das noções de sustentabilidade e de desenvolvimento. In: – Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço - UERJ, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/4363>>. Acesso em: 28 de outubro de 2013.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 6ª Ed. 2001.